



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

**A Educação Inclusiva de crianças com Transtorno E Déficit De
Atenção/Hiperatividade - TDAH: uma análise no município de Santa Cruz do
Capibaribe – PE.**

Analice Gomes da Silva

Caruaru, 2017

Analice Gomes da Silva

**A Educação Inclusiva de crianças com Transtorno E Déficit De
Atenção/Hiperatividade- TDAH: uma análise no município de Santa Cruz do
Capibaribe – PE.**

Monografia apresentada ao Curso de
Matemática da Universidade Federal
de Pernambuco no Centro Acadêmico
do Agreste como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
Matemática.

Orientadora: Ana Maria Tavares Duarte

Caruaru, 2017

Catálogo na fonte:

Bibliotecária – Simone Xavier CRB/4 – 1242

S586e Silva, Analice Gomes da.
A educação inclusiva de crianças com transtorno e déficit de atenção/hiperatividade – TDAH: uma análise do município de Santa Cruz do Capibaribe. / Analice Gomes da Silva. – 2017.
54f.:30 cm.

Orientadora: Ana Maria Tavares Duarte
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, Licenciatura em Matemática, 2017.
Inclui Referências.

1. Síndrome do déficit de atenção. 2. Hiperatividade. 3. Inclusão. 4. Educação especial. 5. Leis. I. Duarte, Ana Maria Tavares (Orientadora). II. Título.

371.12 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2017-016)

**A Educação Inclusiva de crianças com Transtorno e Déficit de
Atenção/Hiperatividade - TDAH: uma análise no município de Santa Cruz do
Capibaribe – PE**

Analice Gomes da Silva

Monografia submetida ao Corpo Docente do Curso de MATEMÁTICA – Licenciatura
do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco e **Aprovado**
em 20 de janeiro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof^a. Ana Maria Tavares Duarte
(Orientador)

Prof^o. Edelweis Jose Tavares Barbosa
(Examinador(a) Interno(a))

Prof^a. Juliana Gouveia Alves da Silva
(Examinador(a) Externo(a))

*“Não é sobre chegar no topo do mundo
E saber que venceu
É sobre escalar e sentir
Que o caminho te fortaleceu
É sobre ser abrigo
E também ter morada em outros corações
E assim ter amigos contigo
Em todas as situações. ”*

(Ana Vilela –Trem-bala)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter concedido graça e forças para a realização desse trabalho. A Ele que sempre quando precisei, quando não tinha mais forças para continuar nessa longa jornada, sempre me fez lembrar que “Tudo posso naquele que me fortalece”. A Ele meu louvor e minha gratidão sempre!

Aos meus pais, Marivaldo e Inácia, que sempre me incentivaram nessa caminhada, mesmo não tendo as mesmas oportunidades de estudo que eu. A eles que me ensinaram o que é certo e as consequências do que é errado, por tudo que sempre fizeram e vão continuar fazendo por mim. A eles meu amor e minha eterna gratidão.

A minha irmã Juliana que me incentivou em cada passo da minha jornada, principalmente na realização desse trabalho, me dando dicas de como me expressar de forma clara. A minha irmã Amanda que muitas vezes me viu dormir por cima de pilhas de livros, depois de uma madrugada inteira de estudos. Por ter as melhores irmãs do mundo, muito obrigada!

A minha família e amigos que sempre me apoiaram e entenderam a minha ausência em alguns momentos de reunião familiar. Aos meus eternos amigos Joédna, Késia e Josivaldo, sempre me apoiam e entende minha mania de ler mensagens e não ter tempo às vezes nem de responder.

Aos meus amigos da ‘UFPE pra Vida’, obrigada pelo companheirismo e as boas risadas, em especial a: Marcela, Emerson, Josenildo, Geruza, Walter, Flávia, Anderson Gomes, Everaldo.

Ao meu noivo Fabio que me ajudou durante esses 5 anos de estudo, me dando muito amor e carinho e que nunca me deixou pensar em desistir!

Aos meus eternos professores das extas Cláudio Odair, José Roberto, Michele Noberta e Marcos Vier, por terem me apresentado à beleza da matemática.

A minha orientadora Ana Duarte e ao professor Edelweis que com muita paciência me deram dicas importantes para melhorar meu trabalho.

A todos, que contribuíram para minha formação de forma direta ou indireta: Muito Obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa trata de Educação Especial no âmbito da Inclusão, onde temos como problema central conhecer como se dá o processo de Inclusão das crianças com TDAH no município de Santa Cruz do Capibaribe no Agreste de Pernambuco e como objetivo geral compreender o processo de Inclusão das crianças com Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade no município. Especificamente, buscamos identificar as leis sobre educação inclusiva; depois verificar se há alguma lei em vigor específica para alunos com TDAH e por fim, analisar projetos existentes na Secretaria de Educação do município citado, para esses alunos com TDAH. Para desenvolver a pesquisa qualitativa buscamos primeiramente conhecer o contexto histórico e as características, dessas crianças; tratamos também de Inclusão, família e escola. Como metodologia utilizamos a análise documental para separar as leis educacionais que tratam da educação especial e entre elas as específicas para o TDAH. E para conhecer os projetos no município, optamos por um questionário aplicado a uma amostra de professores e que a partir da sua análise, chegou-se à conclusão que ainda existe um caminho à ser percorrido para que de fato as crianças com TDAH sejam incluídas no sistema educacional, como é previsto por lei.

Palavras-chave: Déficit de Atenção; Hiperatividade; Inclusão; Leis; Educação Especial.

ABSTRACT

This research deals with Special Education in the scope of Inclusion, where we have as main problem to know how the process of Inclusion of children with ADHD occurs in the municipality of Santa Cruz do Capibaribe in the Agreste of Pernambuco and as a general objective to understanding the process of Inclusion of children with Attention Deficit / Hyperactivity Disorder - ADHD. Specifically, we seek to identify laws on inclusive education; Then check if there is any specific law in force for students with ADHD and finally, analyze existing projects in the Department of Education of the municipality cited for these students with ADHD. To develop qualitative research, we first seek to know the historical context and characteristics of these children; We also deal with Inclusion, family and school. As a methodology we use documentary analysis to separate the educational laws that deal with special education and among them the ones specific for ADHD. And to get to know the projects in the city, we opted for a questionnaire applied to a sample of teachers and, based on their analysis, it was concluded that there is still a way to be followed so that children with ADHD are included in the Educational system, as provided by law.

Keywords: Attention Deficit; Hyperactivity; Inclusion; Laws; Special education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APA	Associação Psiquiátrica Americana
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
DDA	Déficit de Atenção
DI	Déficit Intelectual
DNEEEB	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
OMS	Organização Mundial da Saúde
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional da Educação
PROIS	Projeto de Inclusão Sustentável
SEDUC	Secretaria de Educação
SUS	Sistema Único de Saúde
TODA	Transtorno e Déficit de Atenção
TDAH	Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade

LISTA DE QUADROS

Quadro I	Formação e Tempo de Atuação dos Entrevistados
Quadro II	Modalidade de Ensino
Quadro III	Alunos com NEE matriculados e que possuem laudo médico
Quadro IV	Educação Especial, Inclusão e Sala de Aula
Quadro V	Transtorno e Déficit de Atenção
Quadro VI	Estrutura física e pedagógica, trabalhos da SEDUC

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
Objetivo Geral	14
Objetivo Específico	14
Capítulo 1	15
Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade	15
1.1 Contexto Histórico.....	15
1.2 Características, sintomas e diagnóstico	16
1.3 O TDAH e a família	19
1.4 Inclusão.....	21
1.5 O TDAH e a escola.....	22
Capítulo 2	25
Aspectos Metodológicos da Pesquisa.....	25
2.1 As leis Educacionais.....	26
2.2 Questionário.....	27
2.2.1 Sujeitos da Pesquisa.....	28
Capítulo 3	29
Análise e discussões dos Dados.....	29
3.1 Educação Especial no contexto das leis	29
3.2 Universo da pesquisa	37
3.3 Concepção dos professores sobre Inclusão	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE	53

INTRODUÇÃO

O transtorno e déficit de atenção é um dos transtornos mais comuns entre as crianças. A hiperatividade é um distúrbio evolutivo de autocontrole de origem neurobiológica, que interfere no desenvolvimento psicológico, fazendo com que a criança tenha atitudes bruscas e inadequadas, mudanças de humor e instabilidade afetiva. Como afirma Silva(2003, p. 06) “uma mente DDA não descansa nem mesmo quando dorme”.

Pela medicina é caracterizado como um conjunto de sintomas relativos à desatenção, agitação e impulsividade. Mas, alguns psicólogos preferem ver tais sintomas não como se estivessem diante de um cérebro “defeituoso”, e sim com um foco diferenciado, pois na verdade esse cérebro “apresenta um funcionamento bastante peculiar, que acaba por trazer-lhe um comportamento típico, que pode ser responsável tanto por suas melhores características, como por suas maiores angústias e desacertos vitais” (SILVA, 2003, p. 09).

De acordo com o Projeto de Inclusão Sustentável (PROIS, 2006), estudos epidemiológicos em diversos países, com características culturais muito diversas, revelaram que o TDAH existe em todas as culturas. Essas investigações comprovam ainda que o TDAH não é secundário a fatores ambientais como estilo de educação dos pais (a “falta de limites” como é rotulado por alguns) ou consequências de conflitos psicológicos (Barkley, 2008a).

O número de alunos matriculados nas escolas que possuem essas características é cada vez maior, o que torna a escola ainda mais heterogênia, transformando o ambiente escolar em um espaço de convívio entre crianças com características distintas. A escola que antes era idealizada ‘homogênia’, onde todos aprendiam uniformemente, hoje se depara com um perfil de aluno que não se encaixa neste padrão. Temos alunos “inquietos, desatentos, lentos na aprendizagem, desorganizados, de famílias desestruturadas e com necessidades especiais”. Esse é o novo quadro de alunos matriculados nas escolas.

Por esses motivos, profissionais que atuam em escolas tais como professores e coordenadores pedagógicos, têm demonstrado bastante preocupação com o aumento de

diagnósticos de casos de TDAH entre as crianças, pois torna o trabalho pedagógico ainda mais desafiador.

Trabalhar em educação sugere está sempre em constante aperfeiçoamento, estudos e pesquisas, para acompanhar o processo de mudanças que envolvem paradigmas, mudanças de comportamento e novas concepções.

Com esse trabalho buscamos ampliar o conhecimento sobre o comportamento dessas crianças com TDAH, entendendo o seu “mundo inquieto” e suas dificuldades em seguir regras que são alguns dos fatores que atrapalham o desenvolvimento; também pretendemos expandir o conhecimento sobre as leis educacionais que amparam essas crianças e de que forma podemos inclui-las no ambiente escolar.

Os professores que estão nas salas de aula onde esses alunos com TDAH estão inseridos, tem condição privilegiada de observação do comportamento das crianças, principalmente nas séries iniciais. Porém, as queixas são sempre as mesmas: salas lotadas com um público diferenciado e professores sem suporte pedagógico suficiente para atendimento especializado dessas crianças.

A escola juntamente com a equipe pedagógica tem um papel muito importante no processo de inclusão de crianças com TDAH. Pois o transtorno não afeta apenas o comportamento do aluno, mas sua capacidade de aprendizagem e por isso, a equipe envolvida nos trabalhos com esses alunos precisa buscar estratégias de ensino, que facilitem o trabalho e possibilitem uma melhor aprendizagem (PROIS, 2006).

É importante dizer que esta pesquisa tem uma proposta de identificar nas leis educacionais se há projetos voltados para crianças com TDAH inseridas nas escolas de ensino regular, não pretendendo encerrar essa discussão, e sim trazendo alguns suportes para que os professores aprimorem o conhecimento sobre educação inclusiva.

Acreditamos que desenvolvendo um estudo sobre o TDAH, podemos contribuir para uma melhor orientação dos professores envolvidos, ajudar a identificar as características apresentadas pelos alunos, além de entender como se dá o processo de inclusão das crianças com TDAH, auxiliando a comunidade escolar na elaboração de estratégias pedagógicas para que possam inserir tais crianças na sala de aula.

A partir dessas concepções pensamos nesse tema para o trabalho, e também em virtude de que durante alguns meses participei do Programa Mais Educação do Governo Federal, onde na ocasião tive a oportunidade de conviver com uma criança que estava no processo do diagnóstico do TDAH. Isso me fez pensar sobre a importância de conhecer as leis que pudessem amparar tais crianças, de modo que exista uma verdadeira inclusão das mesmas.

Dessa maneira, o problema central da nossa pesquisa pode ser apresentado da seguinte forma: **Como se dá o processo de Inclusão das crianças com TDAH no município de Santa Cruz do Capibaribe?**

Para respondermos a esta questão temos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Compreender o processo de Inclusão das crianças com Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade no município de Santa Cruz do Capibaribe/PE

Objetivo Específico

- Identificar as leis sobre Educação Inclusiva;
- Verificar se há alguma lei, em vigor, específica para alunos com TDAH;
- Analisar projetos para alunos com TDAH existentes na Secretaria de Educação na cidade de Santa Cruz do Capibaribe – PE.

Para relatar a pesquisa, o texto foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo buscamos suporte teórico para a pesquisa e se divide em dois momentos: O primeiro momento traz uma abordagem sobre o TDAH: um breve contexto histórico, características, sintomas e diagnóstico, e a relação com a família; no segundo momento, o aporte teórico trata da Inclusão e o ambiente escolar.

O segundo capítulo contempla os procedimentos metodológicos, destacando os instrumentos e os sujeitos da pesquisa. No terceiro capítulo são expostas as análises e as discussões dos dados. Por fim, apresentamos as considerações finais, onde expomos os principais resultados, as implicações e damos encaminhamento para estudos futuros.

Capítulo 1

Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade

1.1 Contexto Histórico

O Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) se constitui numa patologia reconhecida pela Organização Mundial da Saúde. Esse termo utilizado vem sendo alterado através dos tempos, devido a novos estudos realizados.

No ano de 1902, foi utilizado em Londres o termo **Defeito de conduta Moral**, pelo pediatra inglês George Still. Já entre os anos de 1930 a 1940, o termo utilizado era **Danos cerebrais e Disfunção Cerebral**. A partir da década de 60, surgem novas terminologias na literatura. Em 1968, o DSM-II utilizou o termo **Reação Hiperkinética** e em 1978 o CID-9 usou **Transtorno Hiperkinético**. O DSM-III, em 1980 usou **Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade** e em 1992 o CID-10 utilizou **Transtornos Hiperkinéticos**. Atualmente o termo **Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade** é definido pela Associação Psiquiátrica Americana, na 4ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV, 1994). A nomenclatura brasileira mais recente adotada é o termo transtorno ao invés de distúrbio, segundo o DSM – IV.

Os termos foram sendo modificados ao longo dos anos, pois, à medida que iam avançando os estudos sobre casos de crianças inquietas, desatentas e impulsivas, novas descobertas iam sendo realizadas. Termos como Defeito de conduta moral foi utilizado para pacientes com dificuldades de internalizar regras e limites, também notificados como resultados de danos cerebrais, hereditariedade, problemas ambientais e disfunção. Após a Segunda Guerra Mundial, pesquisadores tiveram oportunidade de estudar um amplo prejuízo causado pela guerra. Um fato observado é que o prejuízo de qualquer parte do cérebro frequentemente resultava em desatenção, inquietação e impaciência. Daí termos utilizados como Danos cerebrais e Disfunção cerebral. Utilizou-se Lesão Cerebral Mínima, mas como não foi confirmado que existia essa lesão no sistema nervoso central, foi então mudado o foco das pesquisas e o termo mais uma vez substituído para o que se adequava.

O Distúrbio de Atenção foi utilizado a partir da década de 1980, pois foram ressaltados aspectos cognitivos da síndrome, como foi definido, sendo os principais o déficit de atenção e a impulsividade, chegando então a ser denominado em 1994 como Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade, onde se utiliza como critério para diagnóstico, dois termos de mesmo peso: a Desatenção e a Hiperatividade.

1.2 Características, sintomas e diagnóstico

O TDAH é caracterizado por impulsividade, falta de atenção e hiperatividade, e hoje é considerado um dos principais problemas crônicos na infância, segundo a APA – ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA (2013). Ainda de acordo com este critério, existiriam três tipos de TDAH: com predomínio de sintomas de desatenção; com predomínio de sintomas de hiperatividade/impulsividade; e combinado.

O conceito do TDAH ainda é muito discutido por psicólogos e por isso, muitos especialistas possuem diferentes posicionamentos frente ao transtorno, sendo isso o reflexo de um longo caminho histórico de hipóteses e possibilidades até se chegar à denominação atual.

Para compreendermos o que é o transtorno, nos fundamentaremos na definição de Marzocchi (2004):

É um distúrbio evolutivo do autocontrole de origem neurobiológica, que interfere no desenvolvimento psicológico normal da criança e dificulta o desenrolar das atividades cotidianas comuns: ir à escola, brincar com os colegas, conviver serenamente com os pais e, em geral, inserir-se normalmente na sociedade. (MARZOCCHI, 2004, P.8)

Silva (2003, p. 20) evidencia as principais características do TDAH, como um trio de base alterada, formado por Alterações da atenção, impulsividade e hiperatividade física e mental. Para Rohde e Mattos (2003), o TDAH é considerado “um transtorno do desenvolvimento e já foi compreendido como um distúrbio comportamental de meninos, porém, hoje, é frequentemente diagnosticado em meninas, adolescentes e adultos”.

Algumas pessoas se enganam ao acreditar que toda criança que grita muito, que não obedece às regras impostas, que tem falta de atenção e concentração

frequentemente é hiperativa. Para Silva (2003, p. 56) algumas crianças causam essa falsa impressão se estiver passando por problemas, constantes ou passageiros. Se constatada que a criança é oriunda de um ambiente onde disciplina e contenção não são valorizadas, ou ainda se a mesma não recebe atenção suficiente ou recebe maus-tratos, é possível que essa criança não tenha TDAH.

Diante dessas características básicas do trio de sintomas do TDAH, acredita-se que tais comportamentos podem prejudicar o desenvolvimento social do indivíduo, causando problemas em diferentes ambientes e situações, onde um desses ambientes é a própria escola.

Segundo Barkley (2008a):

Os indivíduos com TDAH costumam ser considerados portadores de dificuldades crônicas com a desatenção e/ou impulsividade-hiperatividade. Acredita-se que representem essas características desde cedo em suas vidas, em um grau excessivo e inadequado para a idade ou nível de desenvolvimento, e entre uma variedade de situações que excedem a sua capacidade de prestar atenção, restringir movimentos, inibir impulsos e regular o próprio comportamento no que diz respeito às regras, ao tempo e ao futuro. (BARKLEY, 2008a, p. 89)

Os sintomas da desatenção são marcados por problemas como dificuldade de prestar atenção a detalhes ou errar por descuido em atividades escolares e de trabalho de longa duração, como estudar um texto ou fazer uma leitura mais extensa; parecer não escutar quando lhe dirigem a palavra; não seguir instruções; dificuldade em organizar tarefas e atividades; não querer envolver-se com atividades que exijam esforço mental constante; e ser facilmente distraído por estímulos alheios à tarefa e apresentar esquecimentos em atividades diárias.

Já a hiperatividade se manifesta como reação imediata a um impulso, e tem as seguintes características: agitar as mãos ou os pés, ou se remexer na cadeira; abandonar sua cadeira em sala de aula ou outras situações nas quais se espera que permaneça sentado; correr demasiadamente em situações nas quais é inapropriado; dificuldade em brincar ou envolver-se silenciosamente em atividades de lazer; está frequentemente ‘a mil’ ou muitas vezes agir como se estivesse ‘a todo vapor’; e falar em demasia.

A impulsividade por sua vez, é marcada por respostas precipitadas antes mesmo das perguntas terem sido concluídas; com frequência ter dificuldade em esperar sua vez; e frequentemente interromper ou se meter em assuntos de outros (ROHDE et al., 2000b).

O diagnóstico deve ser realizado de maneira ampla e por profissionais especializados em TDAH, onde serão analisados os comportamentos mentais e emocionais, o convívio escolar e a família. Para a realização do diagnóstico do TDAH, deverá ocorrer uma longa entrevista com profissionais, como psiquiatras, neuropediatras, neurologistas, psicólogos, psicopedagogos.

Para Silva (2009, p. 224) algumas etapas são fundamentais no processo de diagnóstico do transtorno do déficit de atenção:

1ª Etapa – Procurar um médico especializado no assunto para expor as ideias sobre a possibilidade de haver esse tipo de funcionamento comportamental;

2ª Etapa – Relacionar para o médico as dificuldades e desconfortos encontrados nas áreas acadêmicas, profissionais, afetivo-familiar e social, sempre citando exemplos de situações do cotidiano;

3ª Etapa – Verificar desde quando esses problemas o acompanham;

4ª Etapa – Certificar-se que essas alterações se apresentam em uma intensidade significativamente maior quando comparado a outras pessoas do seu convívio, que se encontram na mesma faixa etária e condições socioculturais semelhantes;

5ª Etapa — Eliminar a presença de quaisquer outras situações médicas ou não, que seja possível explicar as situações apresentadas no seu comportamento, bem como os transtornos causados no dia a dia.

É necessário que haja o cuidado para que os sintomas do TDAH não sejam confundidos com as características que apresentam as crianças de seis anos, por exemplo, onde nesse período estão passando por uma transição normal do desenvolvimento emocional. As dificuldades de interação são bem claras e notórias: crianças mais agressivas, com baixa popularidade e que não mantêm amizades. Tem sido então sugerido que crianças hiperativas precisam desenvolver ou apresentar, no mínimo três habilidades que sejam bem sucedidas socialmente, como participar de jogos com regras, fazer solicitações verbais adequadas e a capacidade de elogiar os outros.

Em alguns casos crianças com TDAH não tem demonstrado todos os sintomas, mas é necessário que pelo menos seis sintomas de desatenção e/ou seis sintomas de hiperatividade/impulsividade sejam identificados para que haja o diagnóstico. (...) É importante não se restringir tanto ao número de sintomas no diagnóstico de adolescentes, mas sim ao grau de prejuízo dos mesmos. O nível de prejuízo deve ser sempre avaliado a partir das potencialidades dos adolescentes e do grau de esforço necessário para a manutenção. (ROHDE, 2000).

Um critério importante para um bom diagnóstico do TDAH é a idade de início dos sintomas, ou seja, antes do sete anos se diagnosticado o transtorno, os prejuízos serão bem menores. Entretanto, esse critério é derivado apenas da opinião de comitê de *experts* no TDAH, sem qualquer evidência científica que sustente sua validade clínica (CASTRO E NASCIMENTO, 2009).

Para Castro e Nascimento (2009, p. 22) os dois erros mais observados no processo de diagnose e que pode levar à falhas no diagnóstico, são a falta de conhecimento do problema Déficit de Atenção por parte dos profissionais, pois nem todo psicólogo, professor ou médico conhece o transtorno; e a supervalorização do DDA, enxergando-o em toda parte. Faz-se então necessário uma avaliação muito cautelosa onde deve considerar certo número de características do DDA.

1.3 O TDAH e a família

A família é a primeira instituição social da qual a criança faz parte e adquire seus primeiros conhecimentos. É na família que se aprende e se pratica valores, vive experiências, experimenta realidades e vai descobrindo como sentir, agir e pensar. É também na família onde se adquire os primeiros conhecimentos sobre o mundo e hábitos necessários para se adequar as necessidades do dia a dia, pois é onde se obtém confiança e há uma evolução harmoniosa e perfeita.

A família tem o papel fundamental de educar, diferente da escola, que o seu papel é instruir, ambas para a vida. Sabe-se então que ensinar uma criança não é uma tarefa fácil e quando se trata de uma criança com TDAH é mais difícil ainda, pois requer mais esforços, exige um preparo especial por parte dos pais, que precisam se esforçar para lidar com as dificuldades que surgirão e sempre quando necessário buscar ajuda, pois isso fará parte da realidade.

Para Phelan (apud CASTRO e NASCIMENTO, 2009)

Ao lidar com crianças com TDA, assim como com outras crianças, é imprescindível pensar de maneira realista. Isso significa, por exemplo, “pensar TDA”, ou seja, não esperar comportamentos normais e apropriados para a idade de seu filho com TDA. Pensar TDA significa esperar muita hiperatividade, desorganização, barulho e intensa rivalidade entre irmãos e, ao mesmo tempo, administrar esses problemas da melhor forma possível. (PHELAN apud CASTRO E NASCIMENTO, 2009, P. 26)

A tarefa de educar uma criança hiperativa pode ser estressante, porém os pais não podem desanimar diante dos possíveis e inevitáveis obstáculos que aparecem. Para isso, existem técnicas que podem auxiliar os pais, como propõe Castro e Nascimento (2009):

Reforçar o que há de melhor na criança; não estabelecer comparações entre os filhos; procurar conversar sempre com a criança sobre como está se sentindo; dar instruções diretas e claras, uma de cada vez, em um nível que a criança possa entender; ensinar a criança a não interromper as suas atividades, tentar finalizar tudo aquilo que começa; manter em casa um sistema de código ou sinal que seja entendido por todos os membros da família; manter limites claros e consistentes, lembrando-os regularmente; usar um sistema de reforço imediato para todo o bom comportamento da criança; ensinar a criança meios para lidar com situações de conflitos; não esperar “perfeição”; ter sempre um tempo disponível para interagir com a criança (...). (CASTRO e NASCIMENTO, 2009, p. 27-28)

É imprescindível que os pais sempre mostrem aos seus filhos hiperativos que regras existem e devem ser cumpridas. Mas, ao mesmo não podem esquecer que na realidade não haverá uma criança que goste de obedecer às regras, o que existe é uma criança que faz barulho, que desorganiza tudo e que está em constante rivalidade com os irmãos.

Silva (2003, p. 61) diz que “o importante é buscar informações sobre o comportamento inadequado das crianças antes de se concluir que ela apresenta caráter duvidoso ou simplesmente é grosseira”. Isso só ocorrerá a partir do momento em que os pais adquirem conhecimento sobre hiperatividade.

1.4 Inclusão

A inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional passou por vários processos ao longo da história o que resultou no modelo de Inclusão que temos hoje nas escolas.

Como afirma Carvalho (2013, p.26), “a sociedade inclusiva e a escola inclusiva, como ideais, têm angariado as simpatias dos pais, dos educadores e da sociedade em geral. Afinal, o movimento de não excluir está implícito nos ideais democráticos, aceitos e proclamados, universalmente”. O que se conhecia de educação especial, deixa-nos claro que a escola pouco ou nada tinha de inclusiva, quando analisamos os termos de universalização de acesso, ou termos de qualidade do que era oferecido.

A escola é, por lei, um direito social para todos brasileiros, como está escrito na Constituição de 1988, no artigo 6º e defende a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como escrito no artigo 206, inciso I. A constituição, ao longo de seus artigos, garante Ensino Fundamental gratuito para todos independentemente da idade; no inciso III, do artigo 208, trata do atendimento especializado as pessoas com qualquer tipo de deficiência, que devem estar inseridas preferencialmente na rede regular de ensino; e no inciso VII, menciona programas suplementares, material didático, entre outros apoios para sala de aula.

De acordo com Carvalho:

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas¹ ou exógenas², temporárias ou permanentes, apresentem dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento. (CARVALHO, 2013, P. 29)

Assim, a proposta de educação inclusiva pode ser compreendida como uma educação de boa qualidade para todos e com todos, onde se busca meios e modos para que as barreiras da aprendizagem sejam removidas e para que tenha a efetiva participação dos aprendizes.

¹Do interior para o exterior; que se origina no interior de um organismo, de um sistema ou se desenvolve pela influência de fatores externos. Segundo o Dicionário Online de Português Dicio.

²Por causas externas; introduzido no corpo do exterior. Segundo o Dicionário Online de Português Dicio.

Ainda de acordo com a autora, existe uma diferença entre a integração e a inclusão. Na integração, os modelos de organização dos sistemas educacionais, seriam mais excludentes, ou seja, os alunos deveriam se adaptar às exigências da escola. Assim, tanto o sucesso como o fracasso escolar era responsabilidade apenas dos alunos. Agora, no modelo da inclusão, a escola é que deve adaptar-se às necessidades educacionais dos alunos. Sendo assim, a escola começa a ter novo significado nas suas funções políticas, sociais e pedagógicas, onde seus espaços físicos deveriam ser adequados para que haja uma efetiva melhora nas condições de trabalho de todos os que estão envolvidos e além da necessidade de uma atualização constante nos conhecimentos para garantir uma aprendizagem melhor e participação de todos.

A inclusão, em algumas versões consultadas³ do nosso dicionário de língua portuguesa, tem vários significados como, integrar, inserir, incluir. Portanto, Carvalho (2003) afirma que o termo inserção, que é sinônimo (em nossa língua) de inclusão, é o nível mais básico do acolhimento entre pessoas, ou seja, deve-se oferecer não apenas as indispensáveis trocas simbólicas e afetivas entre as pessoas, mas também o espaço físico.

À medida que a escola melhora seu atendimento educacional, garante o direito público e subjetivo de cidadania de todas as pessoas, incluindo as com necessidades especiais. Mas, não é suficiente, pois sempre existirão aqueles que necessitarão de um apoio intenso e permanente, além do que é oferecido na sala de ensino regular. Daí vem à necessidade dos professores estarem sempre acumulando conhecimentos e experiências específicas, para apoiar esses alunos, e também seus familiares.

1.5 O TDAH e a escola

A educação dá-se em qualquer lugar, na família, na sociedade, nas indústrias, em instituições esportivas, hospitais, nas escolas, em todos os cantos do mundo, e como afirma Freire (1996), nesta perspectiva, “Ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”. Deve-se entender a

³ Dicionário Aurélio Online, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis, Dicionário Online de Português Dicio, Dicionário Priberam de Língua Português.

educação como um processo flexível e dinâmico, que seja possível ao ser humano interagir diretamente com a sociedade, desenvolvendo suas potencialidades, e decidindo sobre seus objetos e ações. Neste contexto, a escola é uma instituição social que tem esses objetivos além do ensino científico.

O ato de educar vai além de pedagógico, é de caráter eminentemente político e é preciso elevar a capacidade dos professores a fim que percebam que como instituição social, a escola está inserida em contextos de desigualdade e injustiças, e que necessitam urgentemente ser modificados. Carvalho (2000, p. 164), afirma que a “transformação social é a transformação das condições concretas da vida dos homens”. Este é um processo histórico que está condicionado pelas próprias condições de vida e resultado das ações humanas.

Os professores desempenham um papel significativo no processo de inclusão. Por isso, precisam saber muito mais do que apenas assuntos relacionados aquilo que irão lecionar, é necessário que estejam bem instrumentalizados para promover a educação com o sentido de formação e não apenas mera transmissão de conhecimentos.

A escola precisa ser entendida como um todo, ou seja, precisa atender a todos sem discriminação. Esse ‘Todos’ inclui alunos com necessidades educacionais especiais, que precisam de atendimento individualizado, de acordo com suas necessidades e que possam superar suas dificuldades.

Carvalho (2013) afirma que “a escola como instituição educacional é uma unidade social empenhada em concretizar a intencionalidade educativa estabelecida segundo a filosofia de educação adotada”. Mas, o cenário deve ir além do ensino-aprendizagem dos conteúdos, deve se considerar os valores, os princípios e as relações que são estabelecidas entre os grupos que interagem e que nesse conjunto, constituem uma comunidade de ensino-aprendizagem, ainda segundo a autora.

A escola não pode apenas “jogar” as crianças com necessidades educacionais especiais, excepcionalmente as crianças com TDAH, nas salas de aula de ensino regular, é necessário que os professores que irão atuar no atendimento desses alunos mantenham-se atualizados dominando conhecimentos sobre as necessidades especiais que possuem, sabendo como intervir em situações para obter sucesso. Porém, a nossa realidade educacional é de professores que estão sobrecarregados e às vezes não

conseguem lidar com o assunto. Afinal de contas, lidam com diversos alunos que apresentam problemas e não podem se dedicar aos alunos com TDAH, por terem uma turma com um número de alunos não inferior a 30. De fato, é difícil que o professor atenda a necessidade de cada um de forma especial, como afirma Andrade (2002).

Capítulo 2

Aspectos Metodológicos da Pesquisa

A composição de nossa análise se dá em dois momentos. No primeiro momento, realizamos uma análise das leis e projetos de leis para conhecermos o que está previsto sobre inclusão. E no segundo momento, a análise de um questionário aplicado a uma amostra de professores do município já citado, para entendermos o processo de inclusão de crianças com TDAH no ensino regular.

Para desenvolvermos uma pesquisa qualitativa sobre a análise de leis e projetos existentes que amparam alunos com necessidades especiais, devemos nos aportar em uma abordagem metodológica que nos dê condições de compreendermos o contexto que constitui este objeto. Desta maneira, adotamos uma abordagem qualitativa, segundo Minayo (2010), pois compreendemos que “não é apenas o investigador que dá sentido ao seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos, as sociedades dão significado e intencionalidade e interpretam suas ações e construções”.

Para Bardin (1977), a análise documental é “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência”.

Ainda segundo o autor, a análise documental faz-se principalmente por classificação- listagem e por meio de procedimentos de transformação, tendo como objetivo analisar e representar de forma condensada as informações que provém dos elementos pesquisados, onde é permitido elaborar um documento secundário com o máximo de informações adequadas a temática em foco.

É precisamente esse procedimento, que vem dotar o presente estudo de inquestionável pertinência, reunindo as leis sobre educação especial no âmbito da inclusão e as respostas dos questionários aplicados aos professores, com o intuito de armazenar o máximo de informações para que se torne facilmente acessível ao observador. Esta é segundo Bardin (1977) “uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou um banco de dados”.

2.1 As leis Educacionais

Para a análise, optamos por inicialmente organizar os documentos que envolvam a Educação Especial, no âmbito da inclusão. A partir desse momento, separamos então, os documentos que tratam sobre Transtorno e Déficit de Atenção, com ou sem Hiperatividade.

Assim, os documentos que nos deteremos nessa pesquisa são:

- A Constituição Federal de 1988, que trata, além de outros assuntos, sobre a educação e a Educação Especial, que é o nosso foco principal;
- O Plano Nacional da Educação – PNE, que determina metas, diretrizes e estratégias para a política educacional a cada dez anos;
- O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é um documento reconhecido internacionalmente como um dos mais avançados Diplomas Legais que é dedicado à garantia dos direitos da população infanto-juvenil;
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, é orientada pela Constituição Federal de 1988, que define e regula o sistema brasileiro de Educação;
- A Declaração de Salamanca, que trata sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais;
- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – DNEEEB, envolve estudos sobre Educação Especial;
- E as leis decretadas pelo Congresso Nacional e sancionadas por presidentes da República, desde a Constituição Federal de 1988, que são:
 - A Lei nº 7.853/89 - Política Nacional para a integração da Pessoa com Deficiência;
 - Lei nº 10.098/99 – Acessibilidade.
- Leis e Projetos de Leis, aprovados ou não, criados pelo Senado, Câmara de Deputados, ou Câmara de Vereadores que tratam do TDAH:
 - PL nº 7081 de 2010 da Câmara dos Deputados;

- PLC nº 118 de 2011 do Senado;
- PL nº 909/2011 da Câmara dos Deputados;
- Lei nº 6.308 de 2012;
- Projeto de Lei nº 3092 de 2012;
- Lei Municipal nº 5416 de 2012 no Rio de Janeiro;
- PL nº 116 de 2011 no Estado do Amapá;

Depois de reunidos esses dados, analisaremos de forma cautelosa e que se obtenha o máximo de informações, com o máximo de ligação dos documentos originais, sobre quais leis amparam de forma clara as crianças com TDAH.

2.2 Questionário

Escolhemos como instrumento para a segunda parte da nossa pesquisa o questionário, pois, como afirma Gil (2008), “é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado”.

Ainda segundo o autor, o questionário possibilita o anonimato das respostas; também permite que cada indivíduo responda de acordo com as adequações do seu tempo, quando julgar mais conveniente; e não expõe as pessoas pesquisadas às influências do entrevistador.

Foram escolhidas questões abertas, dando liberdade para que os respondentes tivessem ampla liberdade nas respostas, como afirma (Gil, 2008). Mas, também foram escolhidas questões fechadas, pois só faziam sentido para alguns respondentes. As questões elaboradas tratavam sobre sentimentos, onde o respondente fala sobre reações emocionais perante alguns fatos e acontecimentos; perguntas sobre padrões de ação, que é relativo ao que deve ser feito, e envolve práticas a respeito de algumas ações; questões sobre comportamento, de fatos presentes ou passados e questões sobre fatos, que se referem a dados concretos.

Essa etapa tem o objetivo de conhecer através de uma amostra de professores, que estão em sala de aula no ensino regular no município pesquisado, as suas concepções sobre inclusão e TDAH, e também saber quais projetos estão sendo

discutidos para a melhoria do trabalho em sala de aula com os alunos que necessitam de atendimento educacional especializado.

2.2.1 Sujeitos da Pesquisa

O universo ou população da pesquisa “é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”, como afirma Gil (2008). Por isso a escolha dos professores não se deu de forma aleatória, foram escolhidos elementos a quem temos acesso e admitimos que essa amostragem, possa de alguma forma representar o universo. Todos tiveram um prazo de 3 dias para que, dentro do horário mais conveniente, pudessem responder o mesmo. Para assegurar a preservação de suas identidades durante a análise, denominamos esses professores de P1, P2, P3, P4 e P5.

O Quadro a seguir descreve de forma sucinta a formação e tempo de atuação destes professores:

Quadro I – Formação e Tempo de Atuação dos Entrevistados

P1	<ul style="list-style-type: none"> • Formado em Pedagogia • Especialização em Psicopedagogia • Atua no Ensino Fundamental há 13 anos e 6 meses
P2	<ul style="list-style-type: none"> • Formado em Pedagogia • Especialização em Psicopedagogia • Atua no Ensino Fundamental há 9 anos
P3	<ul style="list-style-type: none"> • Formado em Pedagogia • Especialização em Psicopedagogia e em Educação Inclusiva • Atua no Ensino Fundamental há 25 anos
P4	<ul style="list-style-type: none"> • Formado em Pedagogia • Especialização em Psicopedagogia • Atua no Ensino Fundamental há 22 anos
P5	<ul style="list-style-type: none"> • Formado em Pedagogia • Atua no Ensino Fundamental há 20 anos

Fonte: A autora.

Capítulo 3

Análise e discussões dos Dados

Nesse capítulo, apresentamos e discutimos os resultados encontrados através da análise documental, das leis previstas para alunos com necessidades educacionais especiais e os resultados dos questionários.

Para análise começamos então, de forma condensada, mostrar as leis aprovadas no Brasil que encontramos e a Declaração de Salamanca.

3.1 Educação Especial no contexto das leis

O direito de todos à Educação foi estabelecido em 1988 na Constituição Federal, onde no Capítulo III, que trata Da educação, da cultura e do desporto, na Seção I, Artigo 205 estabelece que a educação é direito de TODOS e dever do Estado e da família, deverá “ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205).

Seguindo, o Artigo 208, Inciso III, vem tratar do atendimento educacional especializado para crianças com deficiência, que seja preferencial na rede regular de ensino; no Inciso V, os alunos devem ter acesso aos níveis mais elevados de ensino, pesquisa e criação artística, segundo as suas capacidades individuais; e no Inciso VII, atendimento aos alunos, em todas as etapas da educação básica, apoiando-os com material didático-escolar, programas suplementares, transporte, alimentação, assistência à saúde. Sendo o acesso ao ensino gratuito e obrigatório um direito público, e o não oferecimento por parte do Poder Público, ou uma oferta irregular, é responsabilidade da autoridade competente.

O Artigo 227, nos parágrafos 1º e 2º trata da criação de programas de prevenção e atendimento especializado para pessoas com deficiência física, sensorial ou mental; também trata da integração na sociedade desse jovem e adolescente portador de deficiência através de treinamento para o trabalho e convivência; facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos, e das mais variadas

formas de discriminação; construções de logradouros, edifícios e fabricação de veículos de transporte coletivo, para que o acesso adequado seja garantido.

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional da Educação (PNE) e dá outras providências. A educação é direito comum a todas as pessoas, e é direito de todos receberem sempre que possível junto às demais pessoas nas escolas “regulares”. No entanto, existem casos excepcionais em que educandos necessitam de outra forma de atendimento, e a legislação traz as possibilidades de modalidades de ensino: participação nas classes comuns, às salas de recurso especiais e as escolas especiais, e todas devem oferecer educação de qualidade. O PNE ainda trata de metas como: desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, tendo parcerias com as áreas da saúde e assistência social, para que haja uma ampliação no atendimento desses alunos desde a educação infantil até a qualificação profissional; ações preventivas nas áreas visuais e auditivas; educação continuada para os professores que estão em exercício, participando da formação em instituições superiores.

A Lei nº 8.069, estabelecida em 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. No Artigo 11º, § 1º, estabelece que a criança e adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado pelo Sistema Único de Saúde (SUS); e no Artigo 5º, afirma que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”

A Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, no artigo 4, Inciso III, preconiza o atendimento educacional especializado de forma gratuita aos alunos com necessidades especiais, e de preferência na rede regular de ensino. Tratando de forma específica a Educação Especial, no Capítulo V, artigo 58, a LDB entende por Educação Especial a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente nas escolas, mas afirma que, haverá sempre quando necessário apoio de serviços especializados nas escolas regulares, para atender essa clientela e quando não for possível, dependendo das condições específicas dos alunos, terá um atendimento em classes diferenciadas. Porém, essa oferta da educação especial, é dever constitucional do Estado, e deverá ter início na faixa etária de zero (0) a seis (6) anos, na educação infantil.

O artigo 59 vem assegurar que os sistemas de ensino deverão ter “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos”, para atender educandos com necessidades educacionais especiais; os currículos devem ter uma base nacional comum, que podem ser suplementados e complementados, de acordo com as características dos alunos; para os que não puderem atingir o nível máximo exigido para a conclusão do ensino fundamental, ou seja, aqueles alunos com graves deficiências mental ou múltipla, depois de esgotadas todas as possibilidades apontadas pela LDB, deve ser emitido a esses alunos uma certificação de conclusão de escolaridade, chamada de “terminalidade específica”, e para os superdotados uma aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar. Os educandos também ficarão assegurados de professores com especialização em nível médio ou superior para o atendimento especializado, e professores capacitados para as classes regulares.

O Decreto nº 3.298, regulamentado pela Lei nº 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a integração da Pessoa com Deficiência, definindo a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Impulsionando a inclusão educacional e social, a Lei nº 10.098/99, estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A Declaração de Salamanca de 1994, em Assembleia na Espanha, reafirmou o compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo que há uma urgência em assegurar que crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, estejam lotadas em salas de aula do ensino regular. Em resumo, a Declaração de Salamanca acredita e proclama que: Toda criança tem direito fundamental a educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível de aprendizagem; a criança também possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas; os sistemas educacionais devem funcionar de maneira que se leve em conta a vasta diversidade dessas características e necessidades; alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodar dentro de uma Pedagogia voltada as necessidades dessa criança, e tais escolas possam orientação inclusiva, como meio mais eficaz de combater qualquer tipo de

discriminação, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando a educação Para Todos.

Para os governos fica determinado que devem atribuir a mais alta prioridade política e financeira para que os sistemas educacionais sejam aprimorados no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas necessidades; adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou política; desenvolva projetos de demonstração e que haja intercâmbio com países que possuem escolarização inclusiva; encorajem e facilitem a participação dos pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiências nos processos de planejamento e todas as decisões sobre serviços para necessidades especiais; invistam com mais esforço em estratégias de identificação e intervenção precoces; garanta programas de treinamento de professores, tanto em serviço como em formação, incluindo a provisão de Educação Especial dentro das escolas.

Fica claro que qualquer pessoa com deficiência tem o direito de expressar seus desejos em relação à sua educação. Escolas devem acomodar toda a criança independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras; ou seja, deve incluir crianças deficientes, superdotadas, que trabalham, que moram nas ruas.

A educação especial afirma que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada as necessidades da criança e não o inverso deve ocorrer, pois uma pedagogia centrada na criança aumenta as esperanças, impede o desperdício de recursos; além de que essas escolas são base de treinamento para uma sociedade baseada no povo, que respeita todas as diferenças.

O governo brasileiro ainda consolidando a preocupação com os educandos com necessidades especiais, elaborou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – DNEEEB. Esse documento traz claramente a preocupação de atender todas as crianças com necessidades educacionais especiais, e não apenas aquelas previstas pela LDB, ampliando o universo e elaborando uma nova abordagem de educação especial, como citado no trecho abaixo (Brasil, 2001, p.44 e 45)

- 1. Educandos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que*

difícultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

1.1 Aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

1.2 Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

2. Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, particularmente alunos que apresentam surdez, cegueira, surdo-cegueira ou distúrbios acentuados de linguagem, para os quais devem ser adotadas formas diferenciadas de ensino e adaptações de acesso ao currículo, como utilização de linguagem e códigos aplicáveis, assegurando-se os recursos humanos materiais necessários;

2.1 Em face das condições específicas associadas à surdez, é importante que os sistemas de ensino organizem de forma que haja escolas em condições de oferecer aos alunos surdos o ensino em língua brasileira de sinais e em língua portuguesa e, aos surdos-cegos, o ensino em língua de sinais digital, tadoma⁴ ou outras técnicas, bem como escolas com propostas de ensino e aprendizagem diferentes, facultando-se a esses alunos e suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada;

2.2 Em face das condições específicas associadas à cegueira e à visão subnormal, os sistemas de ensino devem prover aos alunos cegos o material-didático, inclusive provas, e o livro didático em Braile e, aos alunos com visão subnormal (baixa visão), os auxílios necessários, bem como material didático, livro didático e provas em caracteres ampliados.

3. Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que o leve a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes e que, por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos devem receber desafios suplementares em classes comum, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para concluir, em menor tempo, a série ou etapa escolar.

Analisando todas essas leis, decretos, diretrizes, essa última abordagem tem um redimensionamento diferenciado quanto ao atendimento da educação especial, aonde se procura atender com uma amplitude maior os casos já previstos na legislação. Essas Diretrizes Nacionais colocam em pauta a importância de não delimitar um público e sim com uma nova visão, atuar dando mais atenção a todos que necessitem de um atendimento educacional diferenciado. Acredita-se que nessa nova abordagem de educação inclusiva se encaixe todos os tipos de necessidades especiais, desde aquelas já

⁴ É um método de comunicação utilizado pelos indivíduos surdo-cegos em que a pessoa coloca o polegar na boca do falante e os dedos ao longo do queixo.

previstas claramente nos documentos oficiais já citados acima, como os que não estão tão explícitos.

Esse discurso explícito nos documentos, nos levar a pensar mais sobre o fato dos objetivos serem voltados para alunos deficientes físicos, visuais, auditivo e múltiplas deficiências. É inquestionável que exista essa perspectiva da Educação Inclusiva voltada para os alunos com deficiência física, mas precisa ficar entendido que essas pessoas possuem apenas uma limitação física, que são tão capazes intelectualmente como as ditas “normais”. É necessário que se abra uma discussão, levantando a questão sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais que não estão explicitados claramente na legislação, como no caso o Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade – TDAH. Este é um transtorno presente entre, aproximadamente, 5% e 8% nos alunos inseridos no ensino regular, segundo estudos realizados no mundo, inclusive no Brasil, e não é compreendido como uma deficiência que pode ocasionar sérias dificuldades de aprendizagem, resultando, em alguns casos, em fracasso escolar.

O Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade é mais complexo do que a inquietação ou a presença de atitudes agressivas, que muitas vezes as crianças são rotuladas de “mal-educadas”, “agressivas”, “sem limites”. Quem possui TDAH não consegue assistir uma palestra, nem ler um livro, nem fazer qualquer atividade que necessite um pouco mais de concentração, sem que sua cabeça esteja “voando” bem longe, com um turbilhão de pensamentos.

Os projetos de lei e ações públicas desenvolvidas até o momento que favorecem pessoas com TDAH, segundo divulgação da Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA, constituem no seguinte:

1. PL nº 7081 de 2010 (Câmara dos Deputados): A origem desse PL 402/2008 do Senado Federal é de autoria do Senador Gerson Camata – PMDB/ES e foi recebido na Câmara dos deputados em 07 de Abril de 2010, onde teve como relatora a Deputada Mara Gabrili – PSDB/SP, da Comissão de Educação e Cultura.

Esse projeto dispõe sobre o diagnóstico e tratamento do TDAH e Dislexia na rede pública de Educação Básica.

Propõe que os alunos com TDAH e dislexia tenham acesso aos recursos didático adequados ao desenvolvimento de sua aprendizagem, e que os sistemas de ensino garantam simultaneamente aos professores formação própria sobre

identificação e abordagem pedagógica das disfunções já citadas, para que os docentes possam contribuir para de forma efetiva com a equipe de trabalho multidisciplinar.

O projeto foi aprovado pelo Senado Federal, e enviado à Câmara para revisão em Agosto de 2012. Até o presente momento o PL não foi aprovado.

2. PLC nº 118 de 2011 (Senado): Aatoria do Deputado Osmar Terra – PMDB/RS e apresentado ao Senado em 08 de novembro de 2011, tendo como relator o Senador Luiz Henrique – PMDB/SC, da Comissão de Constituição e Justiça. Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames físico e mental para detectar TDAH em motociclistas. Esse projeto altera a Lei nº 9053 de 23 de setembro de 1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Essa também aguarda a designação do relator desde 11 de maio de 2015.

3. PL nº 909/2011 (Câmara dos Deputados): Projeto de autoria do Deputado Gabriel Chalita – PSB/SP, que teve como relator o deputado Eduardo Barbosa – PSDB/MG.

Esse projeto dispõe sobre o aperfeiçoamento da política educacional na rede pública para os alunos com Transtornos de Aprendizagem. O projeto de lei foi arquivado em 30 de janeiro de 2015, nos termos do Artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

4. Lei nº 6.308 de 2012: Projeto Aprovado de autoria da deputada Claise Maria Zito – PSD/RJ, sendo a mesma a relatora. Institui na 1ª semana de agosto a Semana Estadual de Informação e Conscientização sobre o TDAH, que foi incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado do RJ, em cada ano.

5. Projeto de Lei nº 3092 de 2012: De autoria do deputado Dimas Fabiano – PP/MG, tendo como relator o deputado Dr. Aluizio – PV/RJ.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento gratuito de medicamentos para portadores de TDAH através do SUS, sem distinção de classe, nem mesmo aqueles pacientes que não se enquadram como os mais carentes poderão ser excluídos. Em 30 de janeiro de 2015, o PL foi arquivado e

em 12 de fevereiro de 2015 foi desarquivado, aguardando até hoje um parecer da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

6. Lei Municipal nº 5416 de 2012: PL 710/2010 na câmara de Vereadores do RJ e de autoria do Vereador Tio Carlos – DEM/RJ.

Dispõe sobre as diretrizes adotadas pelo município para orientar pais e professores do Rio de Janeiro sobre as características do TDAH. O Projeto foi aprovado em 1º de junho de 2012, mas está em fase de implementação e regulamentação na rede Municipal de Ensino.

7. PL nº 116 de 2011 (Estado do Amapá): Projeto de autoria do Deputado ValdecoVeira – PPS/AP, sendo ele mesmo o relator. Institui a Campanha de Informação Sobre TDAH em agosto de cada ano. A Lei foi aprovada em outubro de 2011.

8. ENEM 2012 – Exame Nacional do Ensino Médio: Edital contempla pela 1ª vez os alunos com TDAH como portadores de necessidades especiais durante o exame (Edital nº 3 de 24 de maio de 2012)

Quando analisamos as leis destinadas a pessoas com TDAH percebemos que além de poucos projetos elaborados e que tramitam no poder legislativo, apenas alguns foram aprovados, sendo justamente os projetos de conscientização, projetos municipais e/ou estaduais, com exceção da iniciativa no Rio de Janeiro de orientar pais e mestres sobre as características do TDAH, a fim de facilitar o trabalho do professor e ajudar os pais a compreender o mundo dos seus filhos. E outro avanço que temos é o Edital do ENEM a partir do ano de 2012, que contempla esses alunos com TDAH como portadores de necessidades educacionais especiais.

Essa análise nos traz à tona uma realidade no meio escolar, que existem essas crianças com necessidades educacionais especiais, que precisam ser amparadas por lei dentro de suas especificidades, assim como estão amparadas crianças com deficiências físicas, e não apenas de forma universal, como estão sendo tratadas. Entendemos que de alguma forma os alunos com TDAH estão sendo excluídos dessa educação inclusiva. Um dos fatores que nos faz pensar de tal forma são os Projetos de Lei que a tempo foram elaborados, mas que ficaram apenas nisso, alguns foram arquivados,

posteriormente desarquivados, mas continuam esperando um parecer do poder legislativo.

3.2 Universo da pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Santa Cruz do Capibaribe – PE, que atualmente, na rede municipal de Ensino, existem um quantitativo de vinte e cinco (25) escolas que atendem 12.059 (doze mil e cinquenta e nove) crianças a partir de 6 meses de idade. Nessas escolas temos as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Fundamental Anos Iniciais, Fundamental Anos Finais e EJA.

O quadro abaixo segue especificando o quantitativo de alunos matriculados em 2016 nas modalidades de ensino já citadas.

Quadro II – Modalidade de Ensino

Modalidade de Ensino	Quantidade de Alunos
Educação Infantil	2.347
Fundamental Anos Iniciais	5.758
Fundamental Anos Finais	2.821
EJA	1.133
Total	12.059

Fonte: A autora.

Para compreendermos melhor a pesquisa, realizamos um levantamento junto a Secretaria de Educação do município sobre o quantitativo de alunos com Necessidades Educacionais Especiais que possuem laudo médico e que estão inseridos nessas escolas de ensino regular, e se existe e funcionam as salas de recurso.

Obtemos então as seguintes informações:

Quadro III – Alunos com NEE matriculados e que possuem laudo médico

Código da Escola	Matriculados com NEE	Sala de Recurso
1	6	N.I.
2	6	N.I.

3	6	Não Existe
4	6	Existe e funciona
5	8	Existe, mas não funciona
6	16	Existe e funciona
7	N.I.	N.I.
8	1	Existe e funciona
9	N.I.	N.I.
10	N.I.	N.I.
11	N.I.	N.I.
12	N.I.	N.I.
13	22	Existe e funciona
14	2	Existe e funciona
15	6	Existe e funciona
16	N.I.	N.I.
17	101	Escola Especial
Total	180	

N.I = Não Informado NEE = Necessidades Educacionais Especiais **Fonte: A autora.**

Quando comparamos o Quadro II e III, podemos perceber que o número de alunos que estão matriculados no ensino regular com necessidades especiais e que possuem laudo médico é inferior a 2%. Porém, sabemos que se for realizado um trabalho minucioso, com mais cautela, este número tende a aumentar, e isso se justifica quando analisamos que entre as 17 escolas do município, 6 não nos atenderam, por vários fatores a maioria não justificados, quando informamos o motivo de nossa visita.

Com base nessas informações escolhemos a escola de Código 5 por já conhecer o ambiente, pois atuamos como monitora de Matemática no Programa Mais Educação do Governo Federal no ano de 2013. A escola fica localizada na zona urbana do município, numa área que abrange comunidades carentes, com maiores riscos sociais; funciona manhã e tarde com apenas a modalidade de ensino Fundamental Anos Iniciais.

Atende atualmente 648 crianças entre 5 e 10 anos. Entre essas, APENAS 8 crianças com Necessidades Educacionais Especiais que possuem laudo médico, como é determinado por lei. Dessas 8 crianças, uma é diagnosticada com Transtorno e Déficit de Atenção, sem Hiperatividade.

3.3 Concepção dos professores sobre Inclusão

Buscando encontrar respostas para as diferentes concepções dos professores acerca da inclusão, com o foco principal nos alunos com TDAH, assim como conhecer se existem projetos da Secretária de Educação sendo desenvolvidos para aprofundar o conhecimento dos educadores e para que as leis educacionais sejam cumpridas, foram elaboradas perguntas que pudessem direcionar nossa pesquisa.

Para iniciarmos o levantamento dessas informações mais direcionadas, optamos por um questionário com perguntas abertas, pois a análise dessas respostas, como afirma Bardin (1977, p. 60), “a partir de uma primeira leitura flutuante, podem surgir intuições que convém formular em hipóteses”.

O primeiro questionamento feito aos professores buscou conhecer, nessa amostra, se eles já trabalharam ou trabalham no campo da Educação Especial, o que entendem e conhecem por Inclusão, quais as necessidades para o trabalho nessa área. As informações dos professores seguem no quadro abaixo:

Quadro IV – Educação Especial, Inclusão e Sala de aula

P1	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência na área da Educação Especial: Não tem nenhuma. • O que entende por Inclusão: <i>“É uma forma de acolher os alunos ao sistema de ensino sem exceção”.</i> • Necessidades para o trabalho em sala de aula com alunos especiais: <i>“Não tenho experiência, pois o pouco que sei é muito vago. E as escolas ainda não oferecem estrutura para acolher esses alunos”.</i> • Participação em atividades de formação continuada, avaliação da formação e as mais significativas: Participou de capacitação, mas acha insuficiente, e afirma que toda formação é significativa <i>“Porque auxilia o professor como lidar com deficiência no contexto da sala de aula”.</i>
P2	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência na área da Educação Especial: Tem experiência, pois tem alunos em sala de aula. • O que entende por Inclusão: <i>“Oportunizar o acesso, oferecer</i>

	<p><i>oportunidades, ações que combatem a exclusão”.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades para o trabalho em sala de aula com alunos especiais: Não respondeu a essa pergunta • Participação em atividades de formação continuada, avaliação da formação e as mais significativas: Fez o curso de libras (básico e intermediário), e participou de capacitações oferecidas pela SEDUC, avaliando como “<i>ótima</i>”, a formação.
P3	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência na área da Educação Especial: Trabalha na Escola Especial do município há 25 anos com alunos com DI. • O que entende por Inclusão: “<i>É acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente da cor, classe social e condições físicas e psicológicas</i>”. • Necessidades para o trabalho em sala de aula com alunos especiais: “<i>Espaço físico (estrutura) e material</i>”. • Participação em atividades de formação continuada, avaliação da formação e as mais significativas: Participou de congressos, capacitações, seminários; e avaliou como “<i>Gratificante, a soma de conhecimento é sempre bem-vinda</i>”.
P4	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência na área da Educação Especial: Tem alunos com laudo na sala de aula com TDAH e Deficiência física. • O que entende por Inclusão: “<i>É acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente da cor, classe social e condições físicas e psicológicas</i>”. • Necessidades para o trabalho em sala de aula com alunos especiais: “<i>Acho que a SEDUC deveria realizar mais capacitações para trabalhar o tema Inclusão e também as necessidades especiais que alguns alunos podem apresentar</i>”. • Participação em atividades de formação continuada, avaliação da formação e as mais significativas: Participou de capacitação e seminários, avaliando como “<i>importante para nós professores porque muitas vezes temos a prática precisando aprofundar a teoria</i>”.
P5	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência na área da Educação Especial: Trabalha em salas regulares, mas “<i>todos os anos tem em sala algum aluno especial</i>”.

	<ul style="list-style-type: none"> • O que entende por Inclusão: <i>“Inclusão é quando um indivíduo está inserido em um ambiente (sua própria casa, escola, avenida, praça, etc) que acolhe suas necessidades, possibilitando acesso, conhecimento, aprendizagem, socialização, etc”.</i> • Necessidades para o trabalho em sala de aula com alunos especiais: <i>“Formação continuada, material pedagógico adequado, apoio pedagógico, equipe pedagógica, pois outros profissionais como fonoaudiólogo, psicólogos são essenciais neste processo”.</i> • Participação em atividades de formação continuada, avaliação da formação e as mais significativas: Participou de capacitação e seminários, avaliando como <i>“muito significativa, porque o conhecimento leva você a ver a criança especial por um ângulo bem maior”.</i>
--	---

Fonte: A autora.

Quando tratamos sobre inclusão, as respostas foram parecidas, onde das 5 respostas, 4 professores usaram o verbo acolher, que na nossa língua portuguesa entendemos como “receber alguém bem, aceitar, agasalhar”. Isso nos mostra que nossos profissionais da educação entendem de fato as necessidades desses alunos.

No fator necessidades para o trabalho em sala de aula, espaço físico e formação continuada são o que mais os professores almejam para poderem realizar seu trabalho da melhor forma possível, com esses alunos, apesar de que ao longo de sua carreira profissional já tenham participado de algumas.

A segunda parte dos questionamentos aos professores é algo mais específico, temos o propósito aqui de investigar o conhecimento acerca do Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade, quais suas concepções sobre este assunto.

Quadro V – Transtorno e Déficit de Atenção

P1	<ul style="list-style-type: none"> • A sigla faz parte do cotidiano, o primeiro contato e se tem alunos em sala de aula neste ano letivo: Não faz parte do cotidiano, não respondeu qual o primeiro contato e não tem alunos em sua sala. • Tendo a opção de escolher entre receber ou não esses alunos em sala de aula, qual seria a escolha: <i>“Receberia mesmo ainda não estando</i>
----	--

	<p><i>preparada para receber alunos com TDAH”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Havia recebido orientação ou informação sobre esses alunos no ensino regular: <i>“Sim, mas as informações são muito vagas”.</i>
P2	<ul style="list-style-type: none"> • A sigla faz parte do cotidiano, o primeiro contato e se tem alunos em sala de aula neste ano letivo: <i>“Sim, convívio com crianças que aparentavam este transtorno”,</i> mas não tem alunos em sala de aula. • Tendo a opção de escolher entre receber ou não esses alunos em sala de aula, qual seria a escolha: <i>“Devemos receber todos os alunos igualmente e proporciona-lhes desenvolvimento”.</i> • Havia recebido orientação ou informação sobre esses alunos no ensino regular: <i>“Somos orientados na formação”.</i>
P3	<ul style="list-style-type: none"> • A sigla faz parte do cotidiano, o primeiro contato e se tem alunos em sala de aula neste ano letivo: <i>“Sim, Transtorno e Déficit de Atenção com Hiperatividade; Trabalho com alunos com TDAH na escola que leciono”.</i> • Foi consultado antes sobre a inserção na sua turma e qual o pensamento antes de conhecer esse aluno: <i>“Fui consultada sim, como já trabalho com alunos especiais há quase 25 anos, tenho um pouco de experiência. Sempre tive vontade de trabalhar com alunos especiais, então não foi difícil, ‘NOVO’, ‘ASSUSTADOR’, mais um sentimento que tudo daria certo”.</i> • Havia recebido orientação ou informação sobre esses alunos no ensino regular: <i>“Não”</i> • Onde procurou informações e quais foram mais relevantes, que auxiliaram na sua prática: <i>“Pesquisei, fui em busca de conhecimento. Pois no próprio dia a dia escolar, problemas de comportamento e dificuldade de adaptação ao ambiente escolar são problemas recorrentes da criança portadora de TDAH”.</i>
P4	<ul style="list-style-type: none"> • A sigla faz parte do cotidiano, o primeiro contato e se tem alunos em sala de aula neste ano letivo: <i>“Sim, Transtorno e Déficit de Atenção com Hiperatividade, o primeiro contato foi aqui na escola que estou trabalhando, inclusive tenho um aluno”.</i> • Foi consultado antes sobre a inserção na sua turma e qual o pensamento antes de conhecer esse aluno: <i>“Não. Depois de alguns dias</i>

	<p><i>de aula, a mãe da criança me falou que ela tinha laudo e pedi que trouxesse para a escola, só assim fiquei sabendo. Não fui comunicada que teria aluna com TDAH, no entanto pensei quais seriam os desafios para esse ano de 2016”.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Havia recebido orientação ou informação sobre esses alunos no ensino regular: <i>“Não recordo”.</i> • Onde procurou informações e quais foram mais relevantes, que auxiliaram na sua prática: <i>“Procurei informações com os professores da escola e outros professores do município. Passei a entender e compreender um aluno com Transtorno e Déficit de Atenção com Hiperatividade. Todas as informações foram relevantes, fiquei informada sobre algumas necessidades especiais que antes era desconhecida do meu cotidiano”.</i>
P5	<ul style="list-style-type: none"> • A sigla faz parte do cotidiano, o primeiro contato e se tem alunos em sala de aula neste ano letivo: <i>“Sim; em minha própria sala de aula (porém a criança não tem laudo) mas suas atitudes diárias me mostra claramente</i> • Foi consultado antes sobre a inserção na sua turma e qual o pensamento antes de conhecer esse aluno: <i>“Na maioria das vezes recebemos este aluno e os pais percebem algo ‘estranho’, ‘diferente’, mas não busca, ajuda. Quando percebo entro em contato com a equipe pedagógica da escola e com os pais deste estudante. O pensamento é que preciso trabalhar de forma diferenciada com este aluno”.</i> • Havia recebido orientação ou informação sobre esses alunos no ensino regular: <i>“No curso de magistério temos uma disciplina que aborda inclusão”.</i> • Onde procurou informações e quais foram mais relevantes, que auxiliaram na sua prática: <i>“Com a própria família do estudante, em site (de inclusão), sempre estou pesquisando formas de atrair sua atenção. Se dirigir diretamente a esta criança, procurar atividades que envolva seu cotidiano, isso foi importante saber”.</i>

Fonte: A autora.

Destacamos aqui, os pontos que mais nos chamou a atenção nessa parte do questionário. Quando falamos sobre TDAH, a maioria relata saber o significado dessa sigla, e ter conhecido ao longo do tempo na própria sala de aula, observando os próprios alunos em suas turmas, mesmo aqueles que apenas acreditam que tenham o transtorno, pois não possuem laudo médico.

Sobre receber em suas salas de aula alunos com TDAH, eles afirmam que receberiam sem nenhum problema, o que é importante, pois se o professor negar essa oportunidade aos alunos especiais, ele está negando uma oportunidade maior a si mesmo de adquirir um conhecimento maior para sua profissão e para a vida.

Conhecer a estrutura da escola, física e pedagógica, e os projetos de inclusão da Secretaria de Educação no município (SEDUC), é algo que procuramos realizar nessa última parte do questionário, o motivo principal de termos dado prioridade aos professores com mais de um ano lecionando no município.

Quadro VI – Estrutura física e pedagógica, trabalhos da SEDUC

P1	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física: A escola está apta para receber alunos com NEE? <i>“Não, muitas escolas ainda não estão preparada, pois necessitam de atendimento educacional necessário para esses alunos dentro das escolas”.</i> • O que acha da Inclusão de crianças com TDAH na escola: <i>“Essa inclusão só acontece nas escolas que tem capacidade de oferecer atendimento educacional específico ao aluno com necessidades especiais”.</i> • A escola tem realizado o seu papel referente ao atendimento dessas crianças? E tem auxiliado os pais? <i>“Sim, mas ainda falta muito para que as escolas ofereçam um atendimento especializado principalmente a falta de apoio aos pais”.</i> • O que a SEDUC desse município tem oferecido como apoio para os professores que atuam com alunos com TDAH? <i>“Algumas capacitações, atendimento com psicólogos e psicopedagogos”.</i>
P2	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física: A escola está apta para receber alunos com NEE? <i>“Sim, há meios para auxiliar este e outros déficits”.</i> • O que acha da Inclusão de crianças com TDAH na escola: <i>“A escola precisa identificar e auxiliar com estratégias pedagógicas”.</i>

	<ul style="list-style-type: none"> • A escola tem realizado o seu papel referente ao atendimento dessas crianças? E tem auxiliado os pais? <i>“Sim”</i>. • O que a SEDUC desse município tem oferecido como apoio para os professores que atuam com alunos com TDAH? <i>“Sim”</i>.
P3	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física: A escola está apta para receber alunos com NEE? <i>“Não”</i>. • O que acha da Inclusão de crianças com TDAH na escola: <i>“Boa. Desde que o profissional que irá receber tenha um mínimo de conhecimento e aceitação”</i>. • A escola tem realizado o seu papel referente ao atendimento dessas crianças? E tem auxiliado os pais? <i>“Sim”</i>. • O que a SEDUC desse município tem oferecido como apoio para os professores que atuam com alunos com TDAH? <i>“Oferecer melhoria/ampliação no espaço físico (estrutura); mais capacitações específicas na área, trazer profissionais (fono, psicóloga, terapeuta ocupacional)”</i>.
P4	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física: A escola está apta para receber alunos com NEE? <i>“Sim, temos os professores da sala de recursos quando necessário são enviados a SEDUC (Secretaria de Educação)”</i>. • O que acha da Inclusão de crianças com TDAH na escola: <i>“Acho necessário porque no geral aprendemos muito com essas crianças”</i>. • A escola tem realizado o seu papel referente ao atendimento dessas crianças? E tem auxiliado os pais? <i>“Acredito que a escola tenta realizar um trabalho satisfatório que atenda crianças com TDAH. Com relação aos pais a escola tem auxiliado, mas alguns pais são bem omissos”</i>. • O que a SEDUC desse município tem oferecido como apoio para os professores que atuam com alunos com TDAH? <i>“A SEDUC oferece a crianças com TDAH, atendimento na sala de recursos no contra turno atendimento diferenciado para trabalhar as dificuldades desses alunos com isso facilita um pouco o nosso trabalho e nos ajuda a ter um resultado mais satisfatório com crianças com TDAH”</i>.
P5	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física: A escola está apta para receber alunos com NEE? <i>“Infelizmente ainda falta muito”</i>.

	<ul style="list-style-type: none"> • O que acha da Inclusão de crianças com TDAH na escola: <i>“Importantíssima, existe muitas leis assegurando este direito a essas crianças, mas por falta de recursos não tem como ser cumprida”.</i> • A escola tem realizado o seu papel referente ao atendimento dessas crianças? E tem auxiliado os pais? <i>“Infelizmente a escola não tem recursos para atender essas crianças. Quanto aos pais acredito que sejam eles que tem que nos auxiliar buscando ajuda”.</i> • O que a SEDUC desse município tem oferecido como apoio para os professores que atuam com alunos com TDAH? <i>“A secretaria oferece alguns profissionais para atender estas crianças, porém na maioria das vezes os pais se recusam a levar a criança”.</i>
--	---

Fonte: A autora.

Quando tratamos da estrutura física, os professores afirmam que as escolas, de uma forma geral, não estão preparadas para receber esses alunos, por não terem recursos suficientes, apesar de existir leis que assegurem esse atendimento.

Os professores também relataram que a SEDUC faz uma tentativa de acolher alunos especiais, especificamente com TDAH, disponibilizando as salas de Recurso, oferecendo profissionais como fonoaudiólogos e psicopedagogos para auxiliar no atendimento pedagógico. Mas, por não existir um apoio aos pais, eles se tornam “*omissos*”, como citado por um dos professores.

De modo geral, percebemos que os educadores conhecem um pouco da proposta de educação especial, no âmbito da inclusão. Porém, não recebem apoio suficiente por parte da SEDUC para que o seu trabalho pedagógico seja realizado de forma mais eficiente. Isso é possível perceber quando analisamos as falas sobre formação continuada e capacitações, que os professores dão uma ênfase muito grande, afirmando que precisam saber um pouco mais da teoria, já que a prática eles têm todos os dias nas suas salas de aula.

Esse apoio aos professores é previsto por lei, pois vimos nos documentos já analisados, que a educação continuada para os professores tanto em exercício como em

formação, com participação em treinamentos e formação em instituições superiores, é obrigatório.

Nessa pesquisa podemos também observar a seguinte questão: em nosso município, das 16 escolas, tendo em vista que excluimos a Escola Especial, pois já é um apoio diferenciado como ordenado por lei, apenas em 8 delas nos foi informado sobre as salas de recurso. Entre essas escolas, em uma não existe a Sala de Recursos e em outra existe, mas não funciona por não ter um profissional capacitado para está no atendimento, como nos relatou a direção. Apenas em 6 escolas existem as Salas de Recursos em funcionamento, apesar da maioria delas funcionar em espaços não muito apropriados, por serem salas muito pequenas, funcionando as vezes como depósito.

Percebemos aqui outra necessidade de apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais quando observamos esse fator. A proposta do Plano Nacional da Educação, como já foi citada, é que tenha esse atendimento diferenciado sempre que o educando precisar, mesmo ele inserido na sala de ensino regular como é orientado pela constituição Federal. Isso se trata de metas para os municípios, que devem ser cumpridas, desde o desenvolvimento de programas educacionais, tendo parcerias entre áreas da educação e assistência social, até ações preventivas, e formação de professores como já foi citado. E a negligência desses direitos das crianças seja por qualquer motivo, inclusive omissão, será punido na forma da lei.

Ao analisarmos de forma geral as respostas obtidas nos questionários, podemos entender que não há projetos específicos por parte da Secretaria de Educação do município de Santa Cruz do Capibaribe para incluir e atender crianças com necessidades educacionais especiais, especificamente com TDAH, tendo em vista que as Salas de Recurso que existem, citadas pelos professores, são propostas da legislação federal e não municipal. O que nos leva a concluir que não existe uma efetiva inclusão no sistema educacional desses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi analisado no decorrer da pesquisa, percebemos a importância de conhecer os alunos com Necessidades Educacionais Especiais, especificamente os alunos com Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade, pois entendemos que, conhecendo um pouco mais seu “mundo desatento e inquieto” conseguiremos com mais facilidade trabalhar e incluir esses alunos no sistema educacional.

Sabendo que não é fácil a tarefa de educar uma criança com TDAH, a família deve compreender que por ser a primeira instituição social, tem um papel importante nessa missão, e entender que obstáculos sempre surgirão, mas é necessário buscar ajuda quando for preciso.

Constatou-se também a importância de avaliar as leis educacionais para a Educação Especial, no âmbito da Inclusão, onde procuramos conhecer o que há específico para alunos com TDAH. Percebemos então, nessa parte da pesquisa, que existem leis que asseguram a alunos com necessidades especiais que estejam matriculados no ensino regular e que deve existir um atendimento educacional especializado nas escolas, oferecido pelo Estado.

O que observamos com a nossa pesquisa, é que de fato as leis existem, a maioria se refere a alunos com Deficiências Físicas. Mas, o que nos chamou a atenção é que, ainda não existe algo tão específico para os alunos com Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade, exceto os projetos que foram criados pela Câmara de Deputados e/ou pelo Senado, mas que não foram aprovados nem sancionados ainda, e sabemos que o não atendimento adequado a esses alunos pode ocasionar o fracasso escolar.

As salas de recurso e a formação continuada para os professores que trabalham ou trabalharão com alunos especiais, é algo acobertado por lei, um direito dos alunos especiais e que não deve de forma alguma ser negligenciado.

Nesta perspectiva, percebemos através do questionário aplicado aos professores, que a Secretaria de Educação do município de Santa Cruz do Capibaribe, não tem realizado com frequência formações continuadas, atendendo as necessidades dos professores. Nesse quesito, não tem colocado em prática aquilo que determina a lei.

A SEDUC, apesar da falta de recursos, tem tentado acolher esses alunos disponibilizando psicopedagogos e psicólogos para o atendimento dos mesmos, apesar de ter apenas um profissional de cada área para atender todos os alunos; e durante o período de realização da pesquisa, 4 meses a psicopedagoga ficou afastada do serviço, por motivos não informados.

Destacamos então a importância de que haja uma melhora efetiva em vários pontos para que de fato as leis sejam cumpridas. Um deles é que as Salas do AEE, as salas de recurso, funcionem como deve ser, atendendo aos alunos no contra turno, estando equipada adequadamente, e assegurando profissionais capacitados para atenderem essas crianças. É necessário também que os pais recebam orientações de como ajudar os filhos, e conseqüentemente estarão ajudando os professores, nas tarefas diárias. Os professores precisam ser sensibilizados quanto ao TDAH para que entendam que nem todas as crianças inquietas são “mal-educadas”, algumas precisam de um olhar diferenciado, pois não conseguem focar por muito tempo em uma atividade.

É sabido que a realização deste trabalho não era tarefa fácil. Contudo, em meio às muitas dificuldades encontradas como a negação de informações por parte da Secretaria de Educação do município e depois de algumas escolas, procuramos reunir todas as informações necessárias para cumprir nossos objetivos e avaliar se a SEDUC tem, de fato, projetos de inclusão para as crianças com TDAH no âmbito educacional e como se dá esse processo.

O apoio dos professores foi algo fundamental, sem a participação e boa vontade de nos atender, não poderíamos ter alcançado nossos objetivos. A partir das suas respostas, conhecemos um pouco mais do trabalho pedagógico realizado nas escolas e que nos dão orientações, ideias e sugestões, para realização de outros trabalhos, como uma intervenção pedagógica, ou construção de atividades e jogos para auxiliar professores e pais nessa caminhada com crianças com Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade.

Por fim, acreditamos que a expansão do conhecimento sobre o TDAH, é essencial para a melhoria da Inclusão de alunos no sistema educacional, e conseqüentemente, para que a pessoa com deficiência seja reconhecida e acolhida enquanto sujeito de direitos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. Roberto de. **Quadro clínico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. In: Princípios e práticas em TDA/H.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

ATENÇÃO, Associação Brasileira do Déficit de. [ABDA]. **TDAH.** Disponível em: <<http://www.tdah.org.br>>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 5 ed. Revisão atualizada. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: edições, 2008.

BARKLEY, A. Russell. **Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade: manual para diagnóstico e tratamento.** 3 ed. ANASTOUPoulos, A. D. *et al* (org.) Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008^a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial. 1988.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394,** de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Palácio do Planalto - Presidência da República**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br>>

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 9 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

CASTRO, Chary A. Alba; NASCIMENTTO, Luciana. **TDAH – Inclusão nas Escolas**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna LTDA, 2009.

CORNACHINI. Viviane. Tudo Sobre Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade. Disponível em: <<http://www.tdah.net.br/>>

DUPAUL, G; STONER, G. **TDAH nas escolas**. 1ª ed. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDSTEIN, S; GOLDSTEIN, M. **Hiperatividade: como desenvolver a capacidade de atenção da criança**. 9.ed. Campinas: Papirus, 2003.

MACHADO, L.F.J; CEZAR, M.J.C. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) em crianças – reflexões iniciais**. Maringá: 2007.

MARZOCCHI, G.M. **Crianças desatentas e hiperativas: o que pais, professores e terapeutas podem fazer por elas.** São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004. (Coleção para saber mais; 13)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PARTEL. C. Heoisa. – Universo TDAH. Disponível em: <<http://www.universotdah.com.br/>>

PROIS. **TDAH – Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade: Uma conversa com Educadores.** Disponível em:

ROHDE, Luiz Augusto *et al.* **Transtorno e Déficit de Atenção/hiperatividade.** RevBrasPsiquiatr 2000;22 (Supl II):7-11. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600003>

ROHDE, Luiz Augusto; MATTOS, Paulo (Orgs.) **Princípios e práticas em transtorno de déficit de atenção/hiperatividade.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, A.B.B. **MENTES INQUIETAS: entendendo melhor o mundo das pessoas distraídas, impulsivas e hiperativas.** São Paulo: Editora Gente, 2003.

SILVA, A.B.B. **MENTES INQUIETAS [livro eletrônico] TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

ESCOLA: _____

1. FORMAÇÃO:

Graduação:

Especialização:

Outros:

Tempo de atuação no Ensino Fundamental:

2. EXPERIÊNCIA COMO PROFESSOR:

2.1 Tem experiência na área de Educação Especial? () **SIM** () **NÃO**

2.2 Se respondeu SIM, que tipo de experiência? Onde?

2.3 O que você entende por INCLUSÃO?

2.4 Quais são as suas necessidades para o trabalho com esses alunos especiais?

2.5 Você já participou de alguma atividade de educação continuada para o trabalho com **INCLUSÃO**?

- a) Congressos:
- b) Jornadas Científicas:
- c) Seminários:
- d) Cursos:
- e) Capacitação:
- f) Outros. Quais?

2.6 Dentre as atividades enumeradas acima, qual a sua avaliação e quais foram mais significativas para sua formação?

3. TDAH

3.1 A sigla TDAH já faz parte do seu cotidiano escolar? () **Sim** () **Não**

3.2 Se respondeu SIM, qual o seu primeiro contato? E aonde?

3.3 Existe algum aluno lotado na sua sala de aula com TDAH? () **Sim** () **Não**

3.4 Se a resposta foi **NÃO**: Se você tivesse a opção de escolher entre receber e não receber um aluno com TDAH, qual seria sua opção? Por quê?

3.5 Se a resposta foi **SIM**: Você foi consultada sobre a inserção do aluno com **TDAH** em sua turma?

3.6 Qual foi o seu sentimento a respeito do aluno antes de conhecê-lo?

3.7 Você já havia recebido alguma orientação ou informação a respeito da inclusão de alunos com TDAH no ensino regular? Em caso positivo, qual (is)?

3.8 Quando ficou sabendo que teria um aluno com TDAH em sua turma procurou informações a respeito do assunto? (**Sim** (**Não**

3.9 Se a resposta for **SIM**: Onde ou com quem procurou estas informações (outros professores, diretor, outros alunos, conhecidos, família do aluno, etc.)? E quais auxiliaram na sua prática? Como?

4. ESCOLA

4.1 No quesito estrutura física: Você acredita que a escola está apta a receber alunos com necessidades Educacionais Especiais, como o TDAH?

4.2 De modo geral, o que você acha da inclusão dessas crianças na escola?

4.3 Em sua opinião, a escola tem realizado o seu papel referente ao atendimento dessas crianças com TDAH? E tem auxiliado também os pais?

4.4 O que a Secretaria de Educação do Município de Santa Cruz do Capibaribe tem oferecido como apoio para os professores que atuam com alunos com TDAH?